

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 6162/2012

O Decreto Regulamentar n.º 6/2012, de 18 de janeiro, define a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM).

Por seu turno, a Portaria n.º 93/2012, de 3 de abril, fixa a estrutura orgânica da DGPRM, e estabelece a estrutura nuclear, o número máximo de unidades flexíveis e matriciais, bem como as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares.

Considerando que o novo lugar de diretor de serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional (DSRHDN), o qual foi definido na estrutura orgânica através das disposições conjugadas dos artigos 8.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2012, de 18 de janeiro e 2.º da Portaria n.º 93/2012, de 3 de abril, se encontra vago.

Considerando que, face às múltiplas competências atribuídas à DSRHDN, torna-se imprescindível e urgente assegurar o seu normal funcionamento.

Considerando que a licenciada Isabel Maria Vargas de Sousa Miguel Elias da Costa, preenche os requisitos legais e possui o perfil e a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço, conforme síntese curricular anexa:

1 — Nomeio, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, em regime de substituição, no cargo de diretora de serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional, a licenciada Isabel Maria Vargas de Sousa Miguel Elias da Costa.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 4 de abril de 2012.

24 de abril de 2012 — O Diretor-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Síntese curricular

Nome: Isabel Maria Vargas de Sousa Miguel Elias da Costa
Data de nascimento: Lisboa, 17 de fevereiro de 1957

I — Formação académica e profissional

Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa (1980).

Curso de Auditores de Defesa Nacional (1997/1998).

Curso de Formação de Dirigentes-FORGEPI-INA (2008) e frequência de diversas ações de formação, essencialmente em matéria de organização, modernização e recursos humanos da Administração Pública.

II — Experiência profissional

Iniciou funções públicas em 1980, como técnica superior de 2.ª classe, na extinta Junta Central das Casas do Povo.

Em 1985, com a extinção desse organismo, transitou para a Direção-Geral do Trabalho do (então) Ministério do Trabalho e da Segurança Social, onde exerceu funções técnicas no âmbito do contrato individual de trabalho e das organizações do trabalho.

Entretanto promovida a técnica superior de 1.ª classe, exerceu funções de Adjunta nos Gabinetes dos Ministros da Juventude, dos Assuntos Parlamentares e da Educação, de janeiro de 1991 a julho de 1993.

De julho de 1993 a julho de 1996 — Chefe de Divisão de Recursos Humanos do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

Em julho de 1996, nomeada Chefe de Divisão de Estudos Profissionais e Política Salarial da Direção-Geral de Pessoal do Ministério da Defesa Nacional.

A partir de 1 de março de 1998 passou a exercer o cargo de Diretora de Serviços de Desenvolvimento de Recursos Humanos da mesma direção-geral, área responsável pelo estudo e acompanhamento das políticas de educação e formação e de remunerações do pessoal militar, e pelas matérias de natureza jurídico-estatutária e regulamentar respeitante ao pessoal militarizado e civil dos serviços departamentais e dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas.

De 1 de outubro de 2000 a 31 de janeiro de 2002, exerceu funções de Adjunta do Gabinete do Ministro da Administração Interna.

Novamente na Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), retomou o exercício do cargo de Diretora de Serviços de Desenvolvimento de Recursos Humanos em 1 de fevereiro de 2002.

Foi promovida à categoria de Assessora Principal com efeitos a partir de 12 de julho de 2002.

Exerceu o cargo de Subdiretora-geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) de 1 de abril de 2009 a 31 de janeiro de 2010.

Desde então e até à presente data, exerce o cargo de Diretora de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional da DGPRM.

Conselheira efetiva para a Igualdade, representa o Ministério da Defesa Nacional na Comissão Interministerial do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Integrou diversos grupos de trabalho e participou em numerosos júris de concursos para recrutamento de pessoal técnico superior e pessoal dirigente.

206040991

Direção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho (extrato) n.º 6163/2012

Por ter saído com inexactidão o Despacho n.º 5706/2012, de 2 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 30 de abril de 2012, considero este despacho anulado.

2 de maio de 2012. — O Diretor-Geral, *Luís Faro Ramos*.

206048865

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 195/2012

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 167.º e no n.º 2 do artigo 222.º do mesmo estatuto e conforme o estabelecido no artigo 2.º da portaria 1129/2000, de 29 de novembro, ingressar na classe de Técnicos Superiores Navais os seguintes militares:

9105106 2TEN TSN RC, Joana Maria Pinto Nogueira
9103004 2TEN TSN RC, Ivone Cristina Coelho Carapeta
9102305 2TEN TSN RC, Ana Isabel Corguinho Rocha
9105107 STEN TSN RC, Ricardo Jorge Fonseca Malheiro
9100506 2TEN TSN RC, Mário Filipe Duarte Dias
9103605 2TEN TSN RC, Hugo César da Cruz Lourenço Ferreira

no posto de subtenente, a contar de 05 de abril de 2012, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, ficando colocados na 1.ª posição remuneratória do novo posto, tendo direito, se aplicável, ao diferencial remuneratório previsto no n.º 2 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 328/99, de 18 de agosto, conforme previsto no n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 296/09, de 14 de outubro.

Conforme estipulado no n.º 4 do artigo 167.º do EMFAR, os segundos-tenentes RC ficam graduados no posto de segundo-tenente, sendo-lhes aplicável o previsto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/09, de 14 de outubro.

Estes militares, uma vez ingressados, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade e classe à esquerda da 9103806 subtenente da classe de Técnicos Superiores Navais Fábila Maria Sousa Gaspar.

24-04-2012. — O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *José Carlos Torrado Saldanha Lopes*, almirante.

206023138

Portaria n.º 196/2012

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º e de acordo com o artigo 129.º e com o n.º 1 do artigo 167.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), ingressar na categoria de oficial na classe do Serviço Técnico os seguintes militares:

9100106 2TEN TN RC, Hugo Daniel Carolino Alves
9102906 2TEN TSN RC, Deolinda Marisa Vieira da Silva Pedrosa
9100406 2TEN TSN RC, Rui Pedro Xavier Guerreiro

no posto de subtenente, a contar de 05 de abril de 2012, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade e lhes são devidos os respectivos vencimentos, do novo posto, de acordo com a alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 68.º do EMFAR, ficando colocados na 1.ª posição